

# IDENTIDADE POLÍTICA EVANGÉLICA E OS DEPUTADOS ESTADUAIS BRASILEIROS<sup>1</sup>

Tiago Daher Padovezi BORGES<sup>2</sup>

■ **RESUMO:** O artigo busca investigar o fenômeno da dispersão em diversos partidos de representantes evangélicos, que apesar de compartilharem a crença religiosa não chegam a constituir um partido político. Em primeiro lugar, a centralidade na variável “identidade política” foi salientada como o principal fator que permitiu a formação de grupos partidários nas democracias modernas. Em seguida, verificou-se que a explicação histórica, de inexistência de incentivos propiciados pela junção entre Estado e Igreja, é insuficiente no caso brasileiro, que já experimenta um significativo divórcio entre Estado e Igreja e também uma sociedade mais plural. Na parte empírica, foram analisados dados referentes aos deputados estaduais de 22 unidades da federação, tarefa essa que permitiu constatar uma ausência de claros posicionamentos que distinguíssem os representantes evangélicos dos demais e que justificassem a agregação deles em um partido novo ou em outro já existente.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Representação política. Partidos políticos. Separação Estado-Igreja. Evangélicos. Identidade política.

A relação entre religião e política é um tema controverso, que foi objeto de discussão das mais clássicas obras do pensamento político e, para alguns autores, essa questão representaria apenas um debate que se desgastaria com a secularização da sociedade, com a diminuição da relevância ou com o desaparecimento da

---

<sup>1</sup> Artigo baseado em um capítulo da dissertação *Representação partidária e a presença dos evangélicos na política brasileira* (BORGES, 2007b), defendida em 2007, com a orientação da Profa. Maria D’Alva Gil Kinzo.

<sup>2</sup> Doutorando em Ciência Política. USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas – Pós-Graduação em Ciência Política. São Paulo – SP – Brasil. 05508-900. tiagoborges@usp.br

religião na esfera pública. Mas o que muitos previam acabou não se confirmando: a religião continuou a ter significativa relevância política nas sociedades contemporâneas, democráticas ou não. No Brasil, assistimos, nos últimos 20 anos, a presença de representantes de igrejas evangélicas que enfatizam seu vínculo religioso nas arenas políticas, enriquecendo tão extenso e complexo debate.

Desde o início da Terceira República brasileira, políticos ligados às igrejas evangélicas têm tido uma presença significativa em nossas instituições democráticas, principalmente, nas legislativas, o que pode ser interpretado como uma evidência da permeabilidade de nosso sistema político ao aceitar a representação de um grupo religioso minoritário. O Quadro 1 nos mostra que, desde as primeiras eleições dos anos 1980, os evangélicos são representados por um número significativo de parlamentares na Câmara dos Deputados, apresentando, em 2003, um total de 59 deputados federais. Mesmo com a baixa quantidade na atual legislatura (32), trata-se de um grupo parlamentar com uma quantidade superior a de muitos partidos tradicionais, como o PSB (27) ou o PDT (24)<sup>3</sup>.

**Quadro 1** – Deputados Evangélicos na Câmara dos Deputados (Titulares)

Legislatura	Nº
1983-1986*	12
1987-1990*	32
1991-1994*	23
1995-1998*	32
1999-2002*	51
2003-2006**	59
2007-2010***	32

Fonte: \*Fonseca (2002), \*\*Oro (2006), \*\*\*DIAP (2008).

Uma importante característica desse fenômeno é que os “políticos de Cristo” (MACHADO, 2006) têm se dispersado em inúmeros partidos. Na atual legislatura (2007-2010), segundo um levantamento feito por Leôncio Martins Rodrigues (2006), os evangélicos estão distribuídos em 12 partidos<sup>4</sup>. O que leva tais parlamentares a se dispersarem em tantos partidos? Por que um único partido não foi criado, ou ainda, por que não há sequer uma

<sup>3</sup> Número de deputados no início da atual legislatura (2007-2010).

<sup>4</sup> Valor obtido quando são levados em conta tanto os deputados considerados por Rodrigues (2006) como pertencentes à “bancada evangélica”, quanto aqueles classificados como “deputados-pastores”.

união em qualquer partido já existente? A *não-criação de um partido evangélico será o objeto de estudo do presente artigo, que buscará explorar a hipótese da inexistência de uma identidade política entre os membros do grupo em questão.*

A primeira parte será dedicada a uma breve discussão das teses sobre a formação dos partidos políticos modernos, em que a relevância da variável “identidade política” será destacada. Em seguida, serão feitas algumas considerações sobre a experiência religiosa brasileira, com ênfase na relação do Estado com a Igreja católica no Brasil. E, finalmente, serão analisados dados sobre os deputados estaduais brasileiros, em um esforço de identificar a ausência de posicionamentos em comum que justifiquem a inexistência de um “Partido Evangélico”.

## **Formação dos partidos e os entraves de nossa experiência partidária**

Os partidos políticos emergem em um momento de profundas transformações sociais, que alteram sensivelmente os sistemas políticos europeus e o norte-americano, no sentido de uma maior tolerância à participação política de setores antes excluídos politicamente (LA PALOMBARA; WEIMER, 1966; DAHL, 1997) e aos conflitos resultantes da diversidade de opiniões (SARTORI, 1982; DAHL, 1997). Quais são os fatores que levaram à constituição das instituições que hoje detêm o monopólio da representação política nas democracias? Por que os partidos religiosos se constituíram em alguns países e não em outros?

Foram identificadas três abordagens que lidam com tais indagações, das quais se pode destacar um importante ponto em comum: *a presença de identidades políticas foi fundamental no fomento dos sistemas e das unidades partidárias em democracias consolidadas.* Uma consideração inicial refere-se ao fato de que os dois primeiros enfoques se preocuparam com a constituição dos sistemas, enquanto a última buscou compreender a formação dos partidos individualmente. Trata-se de uma diferença de escala que deve ser ressaltada, mas que não representará nenhuma dificuldade graças à complementaridade das abordagens.

A *primeira abordagem* foi desenvolvida no clássico estudo de Seymour Lipset e Stein Rokkan (1990), publicado originalmente em 1967, *Cleavage structures, party systems and voter alignments.*

Trata-se de um dos mais importantes estudos já feitos sobre os sistemas partidários europeus e em que há um esforço de compreensão da formação destes a partir da emergência de clivagens sociais ligadas, principalmente, à criação dos Estados nacionais e dos sistemas econômicos. Para os autores, as “clivagens sociais” são compreendidas não como decorrentes da mera estratificação social, mas sim como características presentes na sociedade que entram em conflito; o que proporciona a emergência de identidades políticas divergentes. Assim, é enfatizado, além da presença de valores em comum entre determinado grupo social, a criação de limites simbólicos (“eu” e o “outro”; “dentro” e “fora”).

Uma outra característica de tal abordagem reside na *importância conferida às longas seqüências históricas, responsáveis pelo fomento das clivagens sociais e de sua tradução no sistema político através de partidos*<sup>5</sup>. Segundo Lipset e Rokkan (1990), os sistemas partidários europeus foram produtos de acentuados conflitos, considerados “momentos críticos” inseridos em amplos desenvolvimentos da história de uma nação, como por exemplo, a secularização do Estado e a primeira Revolução Industrial. Consoante o modelo, por exemplo, um sistema partidário que contém partidos religiosos emergiu a partir de conflitos da Reforma Religiosa ou de embates pelo monopólio da educação; momentos em que as igrejas hegemônicas têm seu poder subtraído, proporcionando o nascimento de conflitos em torno da influência da religião na sociedade.

A *segunda abordagem*, a da “teoria da escolha racional”, focaliza os conflitos e dilemas provenientes da interação entre membros da elite política. Para os autores dessa “escola”, há o pressuposto de que os atores envolvidos agem racionalmente<sup>6</sup> e a interação é entendida como potencialmente conflitiva, permeada por dilemas de ação coletiva<sup>7</sup>. Para John Aldrich (1995), em *Why parties?*, os partidos norte-americanos se formaram a partir do momento em que eles se tornaram necessários para satisfazer as motivações dos congressistas, ou seja, foram constituídos a partir de fatores endógenos à interação dos atores. Logo, *as longas*

---

<sup>5</sup> Segundo os autores, tal tradução em partidos políticos ocorre apenas com a consolidação de ideais democráticos, que permitem a pacificação dos conflitos.

<sup>6</sup> A racionalidade dos atores pode ser entendida a partir da seguinte definição de Jon Elster (1989, p.24): “[...] *rational choice is concerned with finding the best means to given ends.*”

<sup>7</sup> “Dilema do prisioneiro” e as “maiorias cíclicas” são os principais exemplos de problemas na interação dos atores, em que se obtêm resultados “sub-ótimos”.

*seqüências históricas cedem espaço para uma construção focada em um “retrato” do momento de criação dos partidos*, em que há uma definição prévia das preferências e dos constrangimentos pelos quais passam os congressistas.

Um ponto fundamental reside na importância da *estrutura institucional*, que define e altera o comportamento dos atores, incentivando ou constrangendo determinadas ações. Assim, há determinados arranjos que favorecem a formação de partidos políticos e o comportamento pautado neles na arena decisória<sup>8</sup>; entretanto há outros que, se não impedem sua formação, dificultam-na, privilegiando o político individual em detrimento do partido político. Uma sensível diferença da abordagem anterior é a distinção analítica entre “elite” e “sociedade”, pois nem sempre há uma correspondência entre os “elos” da representação. O que, por exemplo, Aldrich (1995) constata na experiência norte-americana e Gary Cox (1987) na britânica é a influência de mecanismos e ações realizadas pela elite política na sociedade em geral; ou seja, a formação do sistema partidário norte-americano se deu primeiramente entre os congressistas; somente após a criação de uma determinada estrutura institucional e partidária, que o restante da sociedade passou a se identificar com os partidos políticos<sup>9</sup>. É importante destacar que a “variável identidade”, embora secundária na abordagem, ainda desfruta de relevância, podendo ser considerada um fator exógeno ao modelo, que torna “incômoda” a inexistência de partidos, além de explicar o que levou os políticos a se agregarem em partidos diferentes.

O mesmo movimento de propagação é visualizado pela *terceira abordagem*, contida na obra de Stathis Kalyvas (1996), *The Rise of Christian Democracy in Europe*, que explora a emergência dos partidos confessionais no continente europeu. Segundo o autor, há a construção de uma identidade política a partir do esforço de setores das igrejas de países como a Alemanha, Áustria, Bélgica, Holanda e Itália em recuperar privilégios perdidos com a secularização dos Estados. Trata-se

---

<sup>8</sup> Um importante trabalho que lida especificamente com a influência das instituições na formação de um comportamento partidário, tanto de parlamentares quanto de eleitores, é o de Gary Cox (1987), que explora a experiência britânica.

<sup>9</sup> Como aponta Gary Cox (1987, p.170) no caso inglês: “*As the Cabinet grew in importance, electors became interested in the control of the Cabinet. Since the only means available to them to affect the executive was to vote for an MP affiliated with one of major parties, voters became increasingly party oriented, casting their votes not for individual candidates so much as for their parties to which they belonged.*”

de um modelo conciliatório, pois há tanto o foco nas estratégias dos autores envolvidos (Igreja, Liberais e Conservadores), quanto em seqüências históricas<sup>10</sup>.

O autor constrói um modelo de três etapas: 1) organizacional; 2) de participação; 3) de criação dos partidos confessionais. A primeira se caracteriza pelo embate fora das instituições democráticas recém-criadas, na mobilização popular através de organizações no âmbito estritamente religioso. Devido à ineficiência de tal estratégia, a segunda foi adotada, a de “participação”, que consistiu na aliança com os partidos conservadores. Trata-se de um modo de entrar na arena política sem custos elevados, sem a acentuada criação de líderes políticos religiosos que desafiem a hierarquia eclesial. A última etapa nasce dos bons resultados eleitorais atingidos durante a aliança com os conservadores que emergem da construção de uma identidade política cristã, que foi formada no esforço organizacional e também com a entrada de setores das igrejas na arena democrática, culminando em resultados eleitorais “surpreendentes”. Os partidos confessionais, portanto, tornam-se “vantajosos” no momento em que a identidade religiosa se converte em política, quando o esforço das organizações católicas se combina com a entrada de lideranças religiosas na disputa democrática. Trata-se de um argumento que enfatiza a transformação das preferências dos atores envolvidos que, aos poucos, passam a aceitar os valores e as instituições democráticas. Assim, o movimento, novamente, é da “elite” para o conjunto da população, *o que torna o foco nos representantes fundamental para a compreensão da formação ou não de determinados partidos políticos.*

Mesmo se passando cerca de 40 anos desde a publicação do estudo de Lipset e Rokka (1990), a identidade política permanece central para a explicação da formação dos partidos políticos em democracias consolidadas. Trata-se da principal “variável explicativa” identificada, mesmo em estudos que pouco se referem a ela, como no caso de autores da teoria da escolha racional. As duas últimas abordagens têm como grande contribuição *nos sugerir um movimento de “propagação” que parte das elites para a sociedade, com a ênfase não apenas na distinção entre “elite” e*

---

<sup>10</sup> É interessante notar que, devido a tal combinação teórica, as instituições criadas, no caso os partidos políticos, não correspondem necessariamente às intenções dos atores, como fica claro no caso dos partidos confessionais que se formam “[...] apesar da e não [...] devido às intenções e ações da Igreja.” (KALYVAS, 1996, p.20).

*“sociedade”, mas também na precedência da primeira em relação à segunda no que concerne à formação dos partidos. Logo, para a compreensão de como os partidos surgem e de como os vínculos se estabelecem entre os “elos” da representação política, é necessário nos atentarmos para a elite política; o que será feito ao investigarmos os posicionamentos dos deputados estaduais brasileiros.*

## **A secularização brasileira e a questão da identidade evangélica**

Assim, o desenvolvimento histórico da relação Estado/Igreja hegemônica tem um grande peso tanto na primeira (LIPSET; ROKKAN, 1990), quanto na terceira abordagem (KALYVAS, 1996), tornando-se fundamental fazer algumas considerações sobre a experiência brasileira. É possível que não exista uma seqüência histórica que justifique a existência de um partido evangélico no Brasil ou uma agregação dos representantes em algum outro partido já existente, o que tornaria a análise empírica desnecessária.

Uma ressalva aos estudos anteriores refere-se à sua limitação para os propósitos do presente artigo. Tanto em Lipset e Rokkan como em Kalyvas, um partido religioso emerge a partir da perda de privilégios de uma religião que desfruta de uma hegemonia social e política, o que não é o caso dos evangélicos no Brasil. Paul Freston (2004), em um levantamento pioneiro sobre os partidos protestantes, nos oferece interessantes exemplos de partidos criados por religiões minoritárias, principalmente, na América Latina<sup>11</sup>. Trata-se de casos que nos levam a considerar um novo “caminho” que pode emergir da secularização do Estado: *tão explorada sob a ótica da “perda de privilégios”, a secularização do Estado pode ser compreendida também como a abertura da possibilidade de expressão política de grupos religiosos, antes marginalizados ou reprimidos.*

Logo, o desenvolvimento de uma clivagem religiosa no Brasil deve ser pensado não a partir do desenvolvimento dos antigos

<sup>11</sup> Os casos que nos interessam se concentram na América Latina, em países que, assim como o Brasil, vivenciaram uma colonização católica e assistiram a um longo período de inexistência de liberdade religiosa. Freston (2004) identifica partidos protestantes nos seguintes países: Nicarágua (PJM, CCN, MUC), Colômbia (MUC, C4, PNC), Venezuela (ORA), Costa Rica (PANC, PRC), Guatemala (ARDE, MPV), El Salvador (MSN, MU), Argentina (MCI e MRI), Peru (MPC e MRN), Chile (ANC), Panamá (MUN), República Dominicana (MIC) e no Paraguai (MORENA).

partidos confessionais abordados pelos trabalhos citados na parte anteriores, mas sim desse, ainda pouco explorado, terreno da representação política em democracias recentes, que passaram por colonização, por interrupções autoritárias, etc. De um modo geral, é possível afirmar que apenas a partir da segunda metade do século XX, principalmente, após a redemocratização, na década de 1980, que assistimos a emergência de uma experiência religiosa mais plural e conflitiva, com um maior distanciamento entre a Igreja Católica e o Estado.

Mesmo com a separação formal na Constituição de 1891, após um longo período de estreita ligação durante o Império (1822-1889), é possível constatar uma continuidade do vínculo entre o Estado e a Igreja Católica nas décadas posteriores, com a influência de elites políticas nas decisões eclesiais, em uma estratégia que buscava “[...] melhores condições na concessão de subsídios de toda ordem por parte das autoridades públicas do novo regime [...]” (MICELI, 1988, p.20), além da persistência da repressão a outros cultos (GIUMBELLI, 2003), entre outros traços de continuidade<sup>12</sup>. Tal vínculo se re-institucionaliza durante o governo Vargas (1930-1945), quando a Igreja obtém alguns privilégios perante o Estado, como, por exemplo, a obrigatoriedade do ensino religioso e o financiamento público às instituições católicas (FONSECA, 2002).

Uma importante característica da estratégia da Igreja Católica durante a Primeira República (1890-1930) foi a de se organizar, aproveitando o período de liberdade que a separação formal proporcionava, que se contrapunha à “asfixia” do mando laico sobre a atividade eclesial, característica do Império<sup>13</sup>. Assim, a Primeira República foi o período em que a Igreja se “estadualizou” (MICELI, 1988), em um esforço, não de se aproximar do restante da sociedade, mas de acompanhar as transformações institucionais do sistema político do período, uma

---

<sup>12</sup> Uma importante evidência de continuidade da ligação Estado/Igreja Católica refere-se à grande importância da Igreja na “[...] formação intelectual da elite dirigente (pois a Igreja detinha praticamente o monopólio das escolas destinadas a esse grupo social).” (FARIAS, 1998, p.94-95). Sergio Miceli (1988, p.29) aponta a existência de laços que se davam no cotidiano das pessoas e dos serviços públicos, algo que independia da separação formal: “[...] nas condições da época, a Igreja ainda ocupava espaços consideráveis nas áreas de educação, lazer e cultura [...], marcando presença em quaisquer dimensões da vida social.”

<sup>13</sup> Essa “asfixia” é apontada por autores como Roberto Romano (1979) e Nilo Pereira (1970) que enfatizam a enorme influência laica nas atividades católicas durante o Império. Segundo Nilo Pereira (1970, p.87), “[...] a religião era assim como um ornamento do trono.”



estratégia que visava “orbitar em torno do Estado” (VIANNA, 1981, p.39)<sup>14</sup>. Tal opção pode ser explicada pela fragilidade das instituições democráticas do período e também devido à persistência de muitos vínculos com as elites políticas, não existindo uma separação total; uma situação que não oferecia incentivos à atuação partidária da elite católica, como ocorre em alguns países europeus e latino-americanos.

Em 1946, com a liberalização do sistema político, há uma redução da repressão a outros cultos, além de ocorrer, concomitantemente, uma transformação interna na Igreja, iniciando um longo processo de distanciamento entre as partes. Como aponta Mainwaring (1989), na década de 1950, a oposição ao Estado de setores dentro da própria Igreja estava pautada na defesa de populações carentes principalmente em estados do Nordeste. Tal postura crítica se acentua durante a ditadura militar (1964-1985), com a “bandeira” dos direitos humanos, do combate à tortura, quando a Igreja se tornou a “voz” das oposições brasileiras, o “[...] inimigo mais poderoso (e radical) que a oposição parlamentar tolerada.” (LÖWY, 2000, p.144)<sup>15</sup>.

Assim, *o período entre a década de 1950 até a redemocratização na década de 1980 pode ser entendido com o de “divórcio” entre a Igreja Católica e o Estado*. Certamente, tal fenômeno não deve ser lido como um evento delimitado no tempo, mas sim como um longo processo, ainda em curso no Brasil. Em tal período, constata-se um crescimento do conflito entre a Igreja e o Estado, o que proporcionou transformações tanto na arena política, como na religiosa. A Constituição de 1988, feita já sob a “fiscalização” da “bancada evangélica” (PIERUCCI, 1996), em um ambiente social que iniciava uma trajetória de redução da hegemonia católica, aponta para a separação do Estado da Igreja e institucionaliza, portanto, um processo que vinha de muito antes e que se acentuou durante a ditadura militar.

É interessante notar que, a partir dos anos 1980, no período de institucionalização do “divórcio” apontado nos parágrafos anteriores, há uma importante mudança populacional, registrada nos censos de 1980, de 1991 e de 2000: observa-se uma progressiva diminuição na quantidade de católicos (de 89,2% em 1980 passa para 73,8% em 2000) e um aumento dos evangélicos (de 6,6% em

<sup>14</sup> Segundo Luis Werneck Vianna (1981), tal estratégia é o principal fator da fragilidade do Partido Democrata Cristão (PDC) na Segunda República.

<sup>15</sup> Um elemento que contribuiu para tal distanciamento é o desconforto de lideranças católicas com a aproximação de militares com a Umbanda (NEGRÃO, 1996; FONSECA, 2002).

1980 passa para 15,4% em 2000)<sup>16</sup>. Embora os católicos ainda representem a maior parte da população, já é possível visualizar uma redução de sua supremacia populacional<sup>17</sup>. Assim, a partir dos anos 1980, inicia-se o nascimento de um ambiente social religioso mais plural e também mais conflitivo, que passa a vivenciar a competição por fiéis; um fenômeno completamente novo na realidade brasileira<sup>18</sup>.

No plano político, constatou-se uma significativa tradução desse crescimento populacional evangélico através de suas bancadas, conforme o Quadro 1 mostrou a respeito da presença de representantes ligados a igrejas evangélicas na Câmara dos Deputados. Em Assembléias Legislativas estaduais também é possível notar significativa presença, como, por exemplo, no Rio de Janeiro que, em 2002, tinha 37% dos parlamentares ligados a alguma igreja (MACHADO, 2006). Em outros estados, a presença dos “políticos de Cristo” talvez seja menor, entretanto ela existe<sup>19</sup>, fato que tem tornado tal grupo um importante ator supra-partidário de nossa democracia.

Portanto, é possível afirmar que *houve um desenvolvimento histórico que ofereceu condições para o surgimento de uma clivagem religiosa no Brasil, acompanhado de um significativo crescimento do pluralismo religioso da população e também de uma tradução desse crescimento populacional nas arenas legislativas*. Mas existem evidências de que tal grupo é coeso politicamente? De que exista uma identidade política que justifique a criação de um partido político evangélico? As páginas que se seguem procurarão responder a tais indagações a partir de um conjunto de dados dos deputados estaduais brasileiros, em que será testada a hipótese da *inexistência de uma identidade política entre a elite política evangélica, o que explicaria a inexistência de um partido pautado em tal grupo*.

---

<sup>16</sup> Dados censitários de 2000 – IBGE.

<sup>17</sup> Como a literatura sugere, essa transformação demográfica está relacionada com a secularização do Estado (FONSECA, 2002; MARIANO, 2001); com os fatores socioeconômicos (CAMARGO, 1973; SOUZA, 1969), e também ligada às estratégias das elites religiosas (MARIANO, 2001).

<sup>18</sup> Como aponta Freston (1993, p.20), “[...] a tradição religiosa brasileira é sincrética, mas o modelo que se firma no Brasil é o pluralista. A diferença é matemática: no sincretismo, as religiões se somam; no pluralismo, elas se subtraem.”

<sup>19</sup> Julia Miranda (2006), por exemplo, aponta uma significativa participação dos evangélicos na Assembleia Legislativa do Ceará.

## Os deputados estaduais evangélicos da legislatura 1999-2002

A questão da existência de uma identidade entre os “políticos de Cristo” é controversa e é pautada em um debate que se baseia em aspectos teológicos, históricos e também ideológicos. Para alguns autores, inexistente qualquer traço identitário que proporcione coesão entre eles, em que se constata uma grande heterogeneidade no desenvolvimento histórico das denominações (FREESTON, 1993), das doutrinas e práticas religiosas (MARIANO, 1999), das trajetórias individuais dos parlamentares (FONSECA, 2002) e também dos posicionamentos políticos (BURITY, 2006)<sup>20</sup>. Já para outros, a identidade política evangélica tem sido construída nos últimos anos, em um processo de afirmação de distinções das elites laicas e dos católicos (PIERUCCI, 1996; CAMPOS, 2006)<sup>21</sup>. Uma lacuna dos estudos citados consiste na ausência de testes quantitativos que confirmem ou refutem a existência de uma identidade entre os representantes evangélicos, sendo o presente artigo uma tentativa de contribuir nesse sentido.

Os posicionamentos da “elite política evangélica” serão investigados a partir dos dados de uma pesquisa feita com os Deputados Estaduais de 22 Unidades da Federação, coletados no período pré-eleitoral de 2002<sup>22</sup>. A leitura dos dados buscará estabelecer comparações entre deputados “evangélicos” e “católicos”, e com aqueles sem ligação com qualquer grupo religioso. Conforme alguns autores sustentam, a identidade dos evangélicos pode ser encontrada quando os confrontamos com os católicos, ou seja, em oposição à religião majoritária brasileira. É com base na comparação que poderemos observar se os comportamentos majoritários dos evangélicos correspondem a singularidades ou se obedecem a média

---

<sup>20</sup> Assim afirma Joanildo Burity (2006, p.198): “[...] não há um alinhamento evangélico com uma única tendência partidária ou ideológica. Todas as análises e os resultados eleitorais ressaltam a pluralidade de opções partidárias e as divisões entre os evangélicos [...] no que se refere ao campo ideológico.”

<sup>21</sup> É importante fazer referência ao estudo de Antonio Flávio Pierucci (1996), que aponta estratégias de unificação dos deputados na “bancada evangélica” durante a Constituinte. Outro trabalho que merece destaque é o de Leonildo Silveira Campos (2006, p.54), que considera a “unidade” dos evangélicos menos como fruto de valores compartilhados e mais como uma contraposição à instituição religiosa dominante: a “[...] ligação entre todos esses grupos seria o antigo preconceito típico de todo grupo minoritário que se sente perseguido pela religião dominante, no caso a Igreja Católica.”

<sup>22</sup> Trata-se de um conjunto de dados obtidos a partir do projeto temático “Partidos e Representação Política”, coordenado pela Profª. Maria D’Alva G. Kinzo (DCP-USP). O questionário foi aplicado entre os meses de setembro de 2001 e junho de 2002, período no qual foram em que foram feitas 770 entrevistas, com 70% do total dos deputados estaduais brasileiros, abrangendo todas as regiões brasileiras.

geral dos deputados. Serão priorizadas análises de tabelas de contingência. Infelizmente, devido à pequena quantidade de casos em muitas tabelas, medidas de associação e correlação não serão utilizadas.

Os “deputados estaduais evangélicos” serão identificados a partir da seguinte questão: “Do ponto de vista dos setores da sociedade, seus eleitores são provenientes de grupos religiosos? Quais?”. Trata-se de uma questão aberta em que o deputado especifica um grupo religioso, sem o estímulo do questionário. Portanto, todas as categorias apresentadas nas tabelas seguintes foram construídas *a posteriori*, no decorrer da análise, a partir de agregações das respostas obtidas.

A Tabela 1 nos mostra uma simples freqüência das respostas obtidas pela questão descrita no parágrafo anterior. Uma importante ressalva é o fato de a pergunta ser de múltipla resposta, ou seja, o entrevistado pode escolher mais de um grupo religioso como parte de sua base de votação. Por isso, o número de respostas (804) não corresponde ao número de entrevistados (770). Quando observamos os percentuais em relação ao total de respostas (Coluna 2), uma primeira observação a ser feita refere-se ao fato de estarmos lidando *com um fenômeno, embora relevante, minoritário*: aproximadamente 80% dos deputados entrevistados não destacaram a existência de qualquer base religiosa. Entre os 20% restantes, há uma superioridade da base evangélica (10%), seguida pela católica (7%).

A primeira coluna refere-se ao percentual dos grupos, quando consideramos apenas aqueles que especificaram alguma base eleitoral, aproximadamente 20% do total de entrevistados. De maneira mais clara, constata-se a superioridade daqueles que declaram possuir base eleitoral evangélica (53%), seguidos pelos deputados de base católica (40%). Ou seja, os dois “grupos” englobam mais de 90% das respostas conferidas à pergunta. Assim, as duas religiões que protagonizam os dados censitários de filiação religiosa do brasileiro também aparecem como sendo de grande importância para aproximadamente 20% dos deputados. Como pode ser observado, as demais bases religiosas foram citadas por um pequeno número de deputados, o que inviabiliza qualquer análise a partir delas. Portanto, *a análise se concentrará na comparação entre os deputados de base religiosa “evangélica”, “católica”, aqueles “sem base religiosa” e o conjunto “total dos entrevistados”.*

**Tabela 1** – Os Deputados Estaduais e suas bases eleitorais religiosas

	% Base Religiosa	% Total	Respostas
Evangélica (Pentecostais e Históricos)	53,2	10,5	84
Católica	40	8,3	64
Espírita	2,5	0,5	4
Maçom	2,5	0,5	4
Afro-Brasileira	1,3	0,3	2
Budista	0,6	0,1	1
Não Especificou	–	4,7	36
Sem Base Religiosa	–	79,1	609
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>804</b>

É possível afirmar que os deputados que se declararam eleitos por evangélicos possuem algum posicionamento em comum, algum traço identitário? Tendo esses deputados uma base eleitoral evangélica, há alguma questão que os singulariza frente aos católicos? Um modo de lidar com tais indagações é a partir da escala esquerda-direita, muito utilizada em estudos eleitorais. Quando perguntamos aos deputados sobre em qual ponto de uma escala ideológica de dez pontos ele se localizaria<sup>23</sup>, constata-se uma maior tendência dos evangélicos a se autoposicionarem à direita na escala (15,5% contra 8,3% que se localizavam à esquerda), quando comparados com os católicos (11%), com aqueles sem base religiosa (8,5%) e com o total (9,5%). Os deputados de base católica, por sua vez, têm uma maior tendência a se posicionarem à esquerda, tanto no autoposicionamento, quanto na filiação partidária.

É interessante notar uma tendência de todos os grupos se posicionarem no centro (76% entre os evangélicos, 62% entre os católicos, 68% entre os “sem base religiosa” e entre o total dos deputados entrevistados), existindo apenas uma pequena gradação em torno dos pontos mais extremos. Há, portanto, oscilações diante da preferência majoritária de todos os grupos em se autolocalizarem no centro da escala ideológica. Logo, a utilização da escala “esquerda-direita” não nos aponta claras conclusões, sendo necessária a mensuração da “identidade” dos deputados a partir de outros termos, pois tal dificuldade pode derivar de problemas relacionados ao método de mensuração através do autoposicionamento<sup>24</sup>.

<sup>23</sup> Aos deputados foi feita a seguinte pergunta: “Agora, vamos supor que aqui nesta reta o número 1 corresponda à esquerda e o número 10 à direita. Como o Sr.(a) está vendo, uma pessoa que fosse muito de esquerda estaria no número 1, uma muito de direita, no número 10. Onde é que o Sr.(a) se colocaria?”

<sup>24</sup> O autoposicionamento na escala esquerda-direita é um tema controverso, principalmente, quando lidamos com os eleitores. Em um artigo publicado recentemente (BORGES, 2007a), aponto a ineficácia

**Tabela 2** – Esquerda e direita e deputados de base eleitoral religiosa\*

<b>Auto posicionamento**</b>	<b>Evangélica</b>	<b>Católica</b>	<b>Não Religiosa</b>	<b>Total dos Deputados***</b>
Direita	15,5	11,1	8,5	9,5
Centro	76,2	61,9	68,4	68,2
Esquerda	8,3	27	23,1	22,3

\* Para facilitar a visualização, os valores dos “missing cases” serão omitidos de todos os cruzamentos, o que proporcionará diferenças com os valores apresentados nas primeiras tabelas. Tal procedimento será feito em todas as tabelas.

\*\* Foi feita a seguinte agregação: do 0 ao 3 correspondeu a “esquerda”, do 4 ao 7 o “centro” e do 8 a 10 o espaço da “direita”.

\*\*\* Não se trata da soma das linhas anteriores, pois outros grupos religiosos foram omitidos na tabela

A existência de singularidades entre os evangélicos pode ser mensurada também a partir da observação de seus posicionamentos em relação a algumas questões centrais de nosso debate político. O primeiro conjunto está ligado às situações de turbulências na vida social, como a violência urbana ou a ação de movimentos sociais. Embora as reações diante de movimentos sociais e da violência tenham grande diferença, o que está sendo analisado é o *posicionamento de como o Estado deve proceder diante de uma situação de instabilidade social*.

Para realizar essa análise, foram reunidos itens que incidem na possibilidade de o Estado restringir a ação de movimentos sociais, particularmente, em demandas relativas à Reforma Agrária: “acredita que o MST não traz nenhum benefício”, “contra a desapropriação de propriedades improdutivas e produtivas para a Reforma Agrária” e “contra o direito de greve irrestrito”. Também foram incluídas questões que buscam medir o posicionamento diante de posturas repressivas por parte do Estado para resolver o problema da violência (“combate da violência apenas através de repressão policial”, “adoção da pena de morte”). Como fica evidente, a seguinte escala está sendo proposta: *daqueles que defendem uma intervenção repressiva por parte do Estado no combate às turbulências sociais, ao negar e coibir reivindicações, àqueles que defendem uma postura do Estado de apoio a iniciativas populares, lidando com problemas através de reformas sociais*.

A Tabela 3 nos mostra poucas distinções entre os grupos analisados. Uma postura mais repressiva do Estado no combate à violência e em questões relativas às reivindicações

---

dele para mensurar ideologia no eleitor da região metropolitana de São Paulo.

de movimentos sociais, em especial à Reforma Agrária, não distingue de maneira significativa os deputados de base eleitoral evangélica dos demais. O repúdio à “instituição da pena de morte” é um ponto de concordância entre católicos (12,7%) e evangélicos (13%), dado que os distingue dos deputados sem base religiosa (23%) e mesmo do conjunto total (21%). O item “contra o direito irrestrito de greve” distingue os evangélicos (54%) mais dos católicos (44%) do que do restante dos deputados (57% entre o grupo sem religião e 55% no total dos deputados). Assim, as greves são aceitas por um maior percentual entre os católicos do que entre os evangélicos, entretanto tal questão pouco confere singularidade aos últimos, por não haver diferença com os demais.

Apenas em dois itens há diferenças de maior magnitude entre os deputados evangélicos com os demais: “atribuição de força de polícia às Forças Armadas” (52%) e “acredita que o MST não traz benefícios” (65%). Tais itens denotam maior apoio à ação *repressiva no combate aos problemas de instabilidades sociais* e menor aceitação à ação de movimentos sociais, embora tenha sido uma resposta dirigida apenas ao MST. É importante, portanto, salientar a existência de alguns traços que distinguem os evangélicos, apesar de o quadro apresentado ser pouco claro, talvez devido à heterogeneidade dos itens. O que pode ser concluído a partir dessa tabela é que há tendências de maior aceitação às medidas repressivas por parte dos evangélicos, embora a distinção maior se apresente quando se confrontam com os católicos, não com o restante dos deputados. Na verdade, como mostra a média dos percentuais, *são os católicos (35%) que se distinguem como contrários às medidas sugeridas pela pesquisa.*

**Tabela 3** – Itens de autoritarismo e deputados de base eleitoral religiosa (%)

	Evangélica	Católica	Não religiosa	Total dos Deputados
Contra a desapropriação de propriedades produtivas para a Reforma Agrária	84,5	81,3	90,8	89,9
Acredita que o MST não traz nenhum benefício	65,1	46,9	54,4	54,3
Contra o direito de greve irrestrito	53,6	43,8	57,0	55,0
Favorável à atribuição de força policial às Forças Armadas	52,4	37,5	37,8	39,2

	Evangélica	Católica	Não religiosa	Total dos Deputados
Favorável apenas ao uso de medidas de repressão para combater a violência	16,7	18,8	18,6	18,6
Favorável à instituição da pena de morte	13,3	12,7	23,4	21,0
Contra a desapropriação de terras improdutivas para a Reforma Agrária	6,1	3,2	4,7	4,4
<b>Média dos Percentuais</b>	41,7	34,9	41,0	40,3

Fonte: DCP -USP (BORGES, 2007b)

Um conjunto central de questões refere-se à postura do Estado em atividades econômicas. Novamente, há uma heterogeneidade entre os itens reunidos que incide em uma gama de temas centrais no debate político brasileiro. O protecionismo econômico e a presença do Estado na economia nacional serão os dois temas explorados, que podem ser unidos no *grau de liberdade conferido às instituições e relações na esfera econômica*. Trata-se de temas de grande importância na vida política brasileira, por possuírem enorme centralidade nos debates acerca do neoliberalismo e da formação dos blocos comerciais internacionais.

A Tabela 4 nos mostra o cruzamento das medidas escolhidas com a variável dependente, em que se constata, como na parte anterior, um padrão pouco claro. De qualquer modo, a tendência anterior se destaca: *as distinções dos evangélicos com os católicos são mais acentuadas do que com o restante dos entrevistados*. Por exemplo, a posição contrária ao “fim da estabilidade dos funcionários públicos” é uma opinião compartilhada por 58% dos evangélicos, por 57% dos sem base religiosa e por 59% do total dos deputados entrevistados. Já entre os católicos, o percentual se eleva para 71%. O mesmo ocorre em relação ao item “desregulamentação de mercado”, em que há uma diferença de 17,5 pontos percentuais entre os evangélicos e os católicos. Há itens que proporcionam pouca diferenciação entre os “grupos”, embora seja possível constatar o seguinte padrão segundo a média dos percentuais: os deputados de base evangélica (61%) tendem a aceitar mais as medidas “liberalizantes” do que os católicos (69%), porém não há qualquer traço distintivo dos primeiros com os deputados sem base religiosa (61%) e com o total dos entrevistados (62%). Ou seja, novamente, *se há um*



*grupo que se diferencia, este é o dos católicos, embora não seja uma diferença acentuada.*

**Tabela 4** – Itens de estatismo e protecionismo econômico e deputados de base eleitoral religiosa (%)

<b>Contrários às seguintes medidas:</b>	<b>Evangélica</b>	<b>Católica</b>	<b>Não Religiosa</b>	<b>Total dos Deputados</b>
<b>Postura dependente do Brasil</b>	84,3	88,9	76,2	78,4
<b>Privatização da Petrobrás</b>	79,5	90,5	80,8	81,1
<b>Privatização de empresas estatais</b>	73,8	77,8	75,3	75,4
<b>Fim da estabilidade dos funcionários públicos</b>	58,3	71,0	57,0	59,0
<b>Desregulamentação do mercado de trabalho</b>	52,5	70,0	59,3	59,6
<b>Banco Central em instituição independente</b>	51,2	50,8	49,0	48,9
<b>Integração à ALCA</b>	46,3	55,0	52,1	51,9
<b>Integração à economia internacional</b>	42,2	49,2	40,8	41,6
<b>Média dos Percentuais</b>	<b>61,0</b>	<b>69,1</b>	<b>61,3</b>	<b>62,0</b>

Fonte: DCP-USP (BORGES, 2007b)

Como foi visto, o grupo de deputados que se mostrou mais singular, em relação às questões de “autoritarismo” e “estatismo”, foi aquele de base eleitoral católica. Provavelmente, as posturas mais “estatista” e mais “protecionista” dos deputados de base religiosa católica podem estar ligadas a um maior vínculo deste grupo com movimentos e partidos de esquerda, principalmente, com o Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>25</sup>. Diferentemente, os *evangélicos tendem a concordar mais com posturas repressivas do Estado, em momentos de instabilidade e a defender medidas de liberalização econômica*. De qualquer modo, o que se constata é a tímida diferenciação entre os grupos, existindo pequenas gradações em torno de um posicionamento similar.

## **Considerações finais**

Segundo Ricardo Mariano (2006, p.246), “[...] hoje não é mais possível analisar e compreender a democracia brasileira sem levar

<sup>25</sup> Embora não esteja incluída uma tabela a respeito dos partidos dos “grupos” de deputados, é importante destacar os partidos mais frequentes entre os católicos: PT (23%), PTB (14%), PMDB (12,5%) e PFL (9%). Assim, há, segundo os dados utilizados, uma maior presença dos católicos no PT.

em consideração a participação dos evangélicos em praticamente todas as eleições, assim como nos partidos políticos, nas frentes parlamentares, nos sindicatos e em diversas associações civis." O presente artigo buscou explorar esse importante fenômeno da Nova República brasileira a partir da seguinte questão: afinal, por que um "Partido Evangélico" não foi formado, apesar da presença significativa de tal grupo nas últimas eleições?

A hipótese que motivou o trabalho empírico foi construída a partir da constatação de que as identidades políticas foram consideradas centrais na constituição dos partidos políticos modernos. Mesmo em abordagens que focaram as estratégias dos atores políticos, as identidades permanecem como um pré-requisito para que os partidos se formem, embora não sejam consideradas suficientes. Um segundo aspecto, ressaltado nos estudos da teoria da escolha racional e também por Kalyvas (1996), refere-se à "ordem" na formação de identidades: elas, primeiramente, são constituídas entre as elites para, num segundo momento, serem propagadas para o restante da população.

A relevância das seqüências históricas é outro elemento explorado pelo presente artigo, o que nos sugere a seguinte hipótese preliminar: é possível que o Brasil não tenha vivenciado um desenvolvimento histórico que propiciasse o surgimento de um partido evangélico. A segunda parte do artigo buscou lidar com esse aspecto, em que foi feita uma breve discussão acerca da relação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro. Através de alguns trabalhos que lidaram com tal questão, constatou-se que, a partir da década de 1950, tem se estabelecido um contínuo processo de distanciamento entre Igreja Católica e Estado, um fenômeno fundamental, não apenas para o aumento da diversificação religiosa, mas também, quando aliado à existência de instituições democráticas, para a expressão política de demandas de minorias religiosas. Desse modo, é possível afirmar que *houve condições históricas para a constituição de um partido evangélico, com a emergência de um processo, ainda em curso, de divórcio entre Estado e Igreja Católica, aliado à criação de um ambiente religioso mais plural e competitivo.*

Na parte empírica, foi analisado um conjunto de dados dos deputados estaduais da legislatura de 1999 a 2002, delimitados a partir da declaração de suas bases eleitorais. A investigação foi realizada a partir de comparações entre os "evangélicos" com os "católicos", com aqueles "sem base eleitoral religiosa" e com

o com o “conjunto total dos entrevistados”. Os posicionamentos dos deputados estaduais de base eleitoral evangélica foram analisados, o que nos possibilitou a constatação de *um padrão semelhante entre os grupos, sem a presença de distinções significativas em relação aos demais*. Surpreendentemente, os deputados com base eleitoral católica constituíram o grupo que se mostrou mais distinto dos demais. Ou seja, a *inexistência de um partido evangélico foi explicada pela ausência de traços em comum entre os membros que os singularizassem perante os demais deputados*.

Uma reflexão que poderia ser feita é se ter posicionamentos “singulares” em comum é algo importante no sistema partidário brasileiro. Trata-se de uma questão que recebeu atenção de alguns estudos (KINZO, 2007; BORGES, 2007b), que dão destaque para a inexistência de grandes distinções que justifiquem a existência do grande número de partidos que temos em nosso sistema político. Outro ponto não explorado que merece ser mencionado é a influência das instituições políticas em tal dispersão partidária, uma análise que focalizaria as estratégias eleitorais dos representantes evangélicos. Assim, o caminho percorrido procurou contribuir não apenas para a questão aqui investigada, mas também levar em consideração a importância da continuidade dessa reflexão com a inclusão de outras variáveis.

BORGES, T. D. P. Evangelical political identity and the Brazilian state representatives. *Perspectivas*, São Paulo, v.35, p.149-171, Jan./June, 2009.

■ **ABSTRACT:** *This article investigates the phenomenon of evangelical representative's dispersion in various parties: although they share a religious belief, they do not create a political party. First, the “political identity” was highlighted as the main factor that allowed the formation of political parties in modern democracies. Then, a historical hypothesis is investigated through studies which deal with the relationship between Church and State. This explanation was considered insufficient in the case of Brazil, which has experienced a significant separation between Church and State and the emergence of a more plural society. In the empirical part, data on the State Representatives of 22 units of the federation was analyzed, and it was found a lack of well-marked opinions about some issues that distinguish the representatives of other groups.*

*Therefore, there is no evidence that justify the aggregation of them into a new party or another already.*

■ **KEYWORDS:** *Political representation. Political parties. Separation State-Church. Evangelicals. Political identity.*

## Referências

ALDRICH, J. H. *Why parties: the origin and transformation of party politics in America*. Chicago: University of Chicago Press, 1995. (American politics and political economy series).

BORGES, T. D. P. Esquerda e Direita e o eleitor da região metropolitana de São Paulo. In: KINZO, M. D'Alva G.; BRAGA, M. do S. S. (Org.). *Eleitores e representação partidária no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2007a. p.115-135.

\_\_\_\_\_. *Representação partidária e a presença dos evangélicos na política brasileira*. 2007. 149f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007b.

BURITY, J. A. Religião, voto e instituições políticas: notas sobre os evangélicos nas eleições de 2002. In: BURITY, J. A.; MACHADO, M. das D. C. (Org.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Massangana, 2006. v.1. p.173-213.

CAMARGO, C. P. F. de. (Org.). *Católicos protestantes e espíritas*. Petrópolis: Vozes, 1973.

CAMPOS, L. S. De políticos de Cristo – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: BURITY, J. A.; MACHADO, M. das D. C. (Org.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Massangana, 2006. v.1. p.29-89.

COX, G. W. *The efficient secret: the cabinet development of political parties in Victorian England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. (Political economy of institutions and decisions).

DAHL, R. A. *Poliarquia: participação e oposição*. Prefácio de Fernando Limongi e tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: EDUSP, 1997. (Clássicos, 9).

DIAP. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php>. Acesso em: 02 maio 2008.

ELSTER, J. *Nuts and bolts for the social sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

FARIAS, D. D. de. *Em defesa da ordem: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo: 1930-1945*. São Paulo: HUCITEC / História Social USP, 1998.

FONSECA, A. B. C. da. *Secularização, pluralismo religioso e democracia no Brasil: um estudo sobre a participação dos principais atores evangélicos na política: 1998-2001*. 278f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FRESTON, P. *Protestant political parties: a global survey*. Londres: Ashgate Publishing, 2004.

\_\_\_\_\_. *Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment*. 1993. 303f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

GIUMBELLI, E. O “baixo espiritismo” e a história dos cultos mediúnicos. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v.9, n.19, p.247-281, jul. 2003.

KALYVAS, S. N. *The rise of Christian democracy in Europe*. Londres: Cornell University Press, 1996. (The wilder house series in politics, history and culture).

KINZO, M. D'Alva G. Partidos, deputados estaduais e dimensão ideológica. In: KINZO, M. D'Alva G.; BRAGA, M. do S. S. (Org.). *Eleitores e representação partidária no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2007. p.139-158.

\_\_\_\_\_. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Konrad Adenauer, 1993.

LA PALOMBARA, J. G.; WEIMER, M. The origin and development of political parties. In: LA PALOMBARA, J. G.; WEIMER, M. (Ed.). *Political parties and political development*. Princeton: Princeton University Press, 1966. p.03-42.

LIPSET, S.; ROKKAN, S. Cleavage structures, party systems, and voter alignments. In: MAIR, P. (Org.). *The west European party system*. Oxford: Oxford University Press, 1990. p.91-138.

LÖWY, M. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Tradução de Vera Lucia Mello Joscelyne. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. (A outra margem).

MACHADO, M. das D. C. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

MAINWARING, S. *A igreja católica e a política no Brasil (1916-1985)*. Tradução de Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARIANO, R. A reação dos evangélicos ao Código Civil. *Civitas: revista de ciências sociais*, Porto Alegre, v.6, n.2, p.77-99, jul./dez. 2006.

\_\_\_\_\_. *Análise sociológica do crescimento pentecostal no Brasil*. 2001. 285f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1999.

MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MIRANDA, J. Nós, vocês e eles: os desafios de uma convivência (in) desejada. In: BURITY, J. A.; MACHADO, M. das D. C. (Org.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Massangana, 2006. v.1. p.148-171.

NEGRÃO, L. *Entre a cruz e a encruzilhada: formação do campo umbandista em São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 1996.

ORO, A. P. Religião e política no Brasil. In: ORO, A. P. (Org.). *Religião e política no Cone Sul: Argentina, Brasil e Uruguai*. São Paulo: Attar, 2006. p.75-156.

PEREIRA, N. *Conflitos entre a igreja e o Estado no Brasil*. Prefácio de Gilberto Freyre. Recife: Massangana, 1970.

PIERUCCI, A. F. de O. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. In: PIERUCCI, A. F. de O.; PRANDI, R. (Org.). *A realidade social das religiões no Brasil*:

religião, sociedade e política. São Paulo: HUCITEC, 1996. p.163-191.

RODRIGUES, L. M. *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2006.

ROMANO, R. *Brasil: Igreja contra Estado: crítica ao populismo católico*. São Paulo: Kairós, 1979.

SARTORI, G. *Partidos e sistemas partidários*. Prefácio do autor à edição brasileira, apresentação de David Fleischer, tradução de Waltensir Dutra e revisão técnica de Antônio Monteiro Guimarães. Brasília: Ed. UnB; Rio de Janeiro: Zahar, 1982. (Pensamento político, 43).

SOUZA, B. M. de. *A experiência da salvação: pentecostais em São Paulo*. São Paulo: Duas Cidades, 1969.

VIANNA, L. W. O sistema partidário e o PDC. In: FLEISCHER, D. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Ed. UNB, 1981. v.1. p.131-171. (Cadernos da UnB).

